

A MORADIA NO CONTEXTO DO CONFLITO POR TERRA: COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBOLA PORTO DOM JOÃO

Paula Adelaide Mattos Santos Moreira
Mestre em Geografia, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo- PPGAU/ UFBA
paulagemeos@uol.com.br

Guiomar Inez Germani
Doutora em Geografia, Docente no Programa de Pós-Graduação em Geografia – IGEO/ UFBA
guiomar@ufba.br

Resumo: Este texto pretende contribuir com o debate em torno das comunidades tradicionais, considerando-se, para tanto, o caso da Comunidade Negra Rural Quilombola (CNRQ) Porto Dom João, que vive no município de São Francisco do Conde/ BA, às margens do rio Dom João, do mangue e próxima ao mar. Para tanto, traz uma reflexão em torno das questões centrais que envolvem esta comunidade na atual conjuntura, destacando-se o conflito territorial e a luta para manutenção do modo de vida tradicional, relacionando-os com a forma de morar da comunidade e a proposta do poder público que, ofertou um conjunto habitacional para arrefecer este conflito. O caso de Porto Dom João revela a potencialidade de se compreender processos sociais de luta por território em comunidades tradicionais a partir da análise das suas habitações. Confirma-se, a partir disto, que a habitação compõe uma das formas de reprodução social e cultural destas comunidades e que, por isso, é elemento consequente, também, da identidade política assumida por esta, se constituindo como um componente importante na estratégia de batalha pela permanência no território.

Palavras-Chave: moradia, comunidades rurais quilombolas, modo de vida.

1 Introdução

Este estudo faz parte da pesquisa “Comunidades Tradicionais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial na Bahia: Indígenas e Quilombolas” apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa GeografAR, vinculado ao Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Pretende-se contribuir com o debate em torno das comunidades tradicionais, considerando-se, para tanto, o caso da Comunidade Negra Rural Quilombola (CNRQ) Porto Dom João, localizada no município de São Francisco do Conde/ BA, as margens do Rio Dom João, do mangue e próxima ao mar.

O caso da CNRQ Porto Dom João vem sendo estudado pelo grupo de pesquisa GeografAR, a partir de uma solicitação da comunidade, que vem sofrendo pressões para deixar o local onde vivem por razões de especulação imobiliária, vinculada aos empreendimentos turísticos projetados para região.

Assim sendo, com o propósito de contribuir no processo de luta e dar visibilidade ao caso da comunidade em questão, o grupo de pesquisa, de forma conjunta com a própria comunidade, estruturou um relatório técnico (Germani & Oliveira, 2015), onde são elencados elementos iniciais necessários para identificar e delimitar o território tradicionalmente ocupado.

Este artigo traz uma reflexão em torno das questões essenciais que estão sendo levantadas neste relatório, relacionando-as com a forma de morar da comunidade e com a oferta habitacional colocada pelo poder público municipal, considerando, a partir de Santos (1985), que os aspectos visíveis relacionados à moradia têm inteira relação com o conteúdo socioespacial que os envolve.

Foram utilizados como instrumentos metodológicos: oficinas, entrevistas semiestruturadas, caminhadas de reconhecimento territorial, visitas, confecção de vídeo¹ e observação participante.

A questão habitacional se relaciona fortemente com o processo histórico da comunidade, não só por suas características técnicas e peculiaridades constituídas a partir da cultura oriunda da pesca, da mariscagem e da agricultura; mas, pela forma de intervenção do Estado, a partir da implantação do Conjunto Habitacional João Carlos Silva Falcão, no sentido de utilização do mesmo para remoção das famílias do seu local tradicional de reprodução de vida. Também se destaca no sentido da resistência da comunidade que, mesmo tendo suas casas derrubadas, não temem em prontamente construir outras e dar prosseguimento ao seu processo de luta pelo território.

O caso de Porto Dom João pode revelar possibilidades de compreensão de conflitos fundiários vividos pelas comunidades tradicionais a partir da análise das habitações. Entende-se, a partir disto, que a habitação compõe uma das formas de reprodução social e cultural das comunidades tradicionais e que, por isso, é, também, consequência da identidade política

¹ “Quilombo Porto Dom João”, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=LCi8fge_LBI.

(ARRUTI, 1997) assumida por esta, se constituindo como elemento de estratégia de luta pela permanência no território.

2 O Caso de Porto Dom João

A CNRQ Porto Dom João está localizada no município de São Francisco do Conde (BA), à margem da BA 522 e a aproximadamente 4 km da sede do município. Em área da União, anteriormente ocupada pela Petrobras.

A CNRQ Porto Dom João, ao declarar-se como remanescente de quilombos, foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), em 16/04/2013, através da Portaria Número 48, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.). Com este ato pode-se dar início ao processo administrativo de demarcação e titulação das terras secularmente ocupadas pelos seus moradores.

A CNRQ Porto Dom João encontra-se inserida em um contexto regional que possibilitou a sua formação e resistência. A unidade municipal na qual se encontra São Francisco do Conde é fruto de um processo histórico que remete ao período colonial brasileiro. Isto implica compreendê-la a partir de um movimento mais amplo que caracteriza a dinâmica de ocupação do território brasileiro, em especial, a ocupação do Recôncavo da Bahia, com suas grandes fazendas e engenhos, mão de obra escrava, monocultivo da cana de açúcar e a destinação comercial relacionada com os interesses diretos da metrópole europeia.

A população residente na comunidade em questão é constituída por 67 famílias oriundas das fazendas do entorno. Esta concentração em Porto Dom João ocorreu porque a partir de um determinado momento, num processo de expropriação de trabalho e de terra, as famílias foram impedidas de viver nos fundos das fazendas onde trabalhavam, conforme afirmam os diversos depoimentos feitos pelos sujeitos do grupo em várias assembleias realizadas na presença de entidades de movimentos sociais e órgãos governamentais.

Desta forma, foram se adaptando e se constituindo como um grupo que, prioritariamente, desenvolvem as atividades da pesca e da mariscagem para sobreviver, visto as características naturais do local: abundante em recursos hídricos, constituída de mangue e próxima ao mar.

Por ser um local livre ao acesso à água do rio, Porto Dom João tornou-se, com o tempo, um ponto de apoio e referência para a atividade pesqueira da região, atraindo pescadores vindos de todo município de São Francisco do Conde e, até mesmo, de outros municípios, como, por exemplo, Candeias. Além disso, devido à imposição da cerca por parte dos fazendeiros em volta da Baía de Todos os Santos, não há mais pontos de entrada e de apoio para a atividade pesqueira via água na região, prejudicando os pescadores e, dando a eles a única opção de acessar a água via Porto Dom João.

Mesmo com tamanha importância regional, a comunidade vem sofrendo pressão para se retirar do local. Conforme relatos dos moradores, as ameaças se intensificaram a partir de 2007, deflagradas por fazendeiros vizinhos e, apoiadas direta e indiretamente pelo poder público municipal, através da aplicação de velhas estratégias de expulsão e de intimidação, tais como a força policial, de capangas, de pistoleiros e do uso de máquinas pesadas. Neste processo, a comunidade sofreu perdas materiais, como a demolição de casas; subtração de áreas destinadas à agricultura, a mariscagem e a pesca; o corte de programas sociais; a desativação de estruturas de serviço, tais como posto de saúde e escola; dentre outras. Assim, foram ocupando áreas cada vez menores, visto as investidas de desmobilização de suas formas de reprodução social oriundas deste processo. É clara a tentativa de se exterminar a atividade de pesca tradicional da região.

Neste contexto, é importante destacar que o município de São Francisco do Conde apresenta índices elevadíssimos de concentração de terra e renda e, justamente por este aspecto, o impedimento da atividade pesqueira representa a subtração da fonte de alimento e de sustento de muitas famílias, o que, conseqüentemente, as relegará à miséria, impedirá à autonomia, fatos que as tornará dependentes de programas sociais.

Daí compreende-se que a luta de Porto Dom João para garantir o acesso à água, à pesca e à mariscagem, transcende em importância aos limites do território reivindicado pela comunidade, é uma luta pela manutenção de uma das atividades mais antigas na região e que é fonte de alimento e de renda para muitas famílias de diferentes comunidades.

Com sua luta deflagrada, desde 2003, e, apesar da certificação ocorrida em 2013, os moradores aguardam e reivindicam a demarcação e regularização do seu território pelas autoridades públicas responsáveis para

continuarem a produzir e a viver em seus territórios pesqueiros, lugar base de suas realizações, sem se sentirem ameaçados.

Em determinado momento, a pressão sobre as terras da comunidade era tamanha que a Prefeitura Municipal entrou com o processo nº 41968-48.2014.4.01.3300 - Ação Declaratória de Inexistência de Condição Fática de Quilombolas, requerendo o cancelamento do auto reconhecimento como comunidade como remanescente de quilombo e exigindo a sua imediata retirada da área, sob o argumento de ser esta uma área de APP. Tal fato suspendeu o processo de elaboração do RTID em curso pelo INCRA.

Os momentos posteriores a esta ação foram os mais dramáticos para a comunidade, já que a estrutura do Estado se contrapôs claramente à sua manutenção na área. Porém, a partir do seu processo de mobilização e articulação com organizações de apoio, em especial o Conselho Pastoral da Pesca (CPP), do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR) a resistência da comunidade ganha outra dimensão. A divulgação do Relatório Técnico Preliminar elaborado pelo Grupo de Pesquisa GeografAR, serviu como base técnica para que a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) se posicionasse favoravelmente em relação à comunidade e, depois de várias reuniões, formalizou, em 04/12/2015, o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) à mesma em área equivalente a 179,0477 ha.

Apesar de a TAUS representar uma grande vitória para a comunidade Porto Dom João que, alivia o processo de pressão para a retirada de seu território, ele ainda não se configura como procedimento final para garantia completa do território quilombola. Esta garantia virá com a regularização e reconhecimento do território como um todo via INCRA e, formalizado pela Presidência da República.

3 A Questão Habitacional em Porto Dom João

A questão habitacional em Porto Dom João ganha protagonismo no processo de luta da comunidade por seu território e, por isso, optou-se em tratar especificamente do tema. Isto porque a habitação aparece tanto no momento em que os agentes externos tentam, violentamente, expulsar a

comunidade, destruindo suas casas, quando (como pretexto para a pacificação do processo) constroem um conjunto habitacional objetivando o reassentamento da comunidade. Também toma protagonismo o tema quando se observa a resistência da comunidade que, apesar de ter suas moradias ameaçadas ou, mesmo destruídas, se mobiliza e constrói novas habitações para garantir sua permanência no local.

As habitações existentes em Porto Dom João, atualmente, são bastante precárias. A maior parte das casas foi construída em situação de emergência, pois, nos últimos oito anos, várias habitações foram derrubadas. Neste processo, alguns moradores perderam suas casas mais de uma vez. Assim, na paisagem local ainda existe a referência destes difíceis momentos para a comunidade, fato que pode ser observado na Foto 1.



Foto 1 - Habitação que foi demolida.

Fonte: Mateusz Radek (GeografAR), 2014.

Em outubro de 2010, ocorreu a primeira ação de derrubada das casas, com a presença da polícia e de agentes da prefeitura (Secretaria de Meio Ambiente). Neste momento, tratores derrubaram cinco casas. Na segunda derrubada, outras cinco casas foram destruídas, mas, a comunidade trabalhou rápido para reconstruí-las. Na terceira vez, derrubaram várias cercas dos quintais. Numa quarta vez, derrubaram duas casas.

Não é difícil deduzir que as ações contra as moradias da comunidade de Porto Dom João têm relação direta com o processo de especulação

imobiliária existente nas regiões costeiras da Bahia. Este vem, sistematicamente, obrigando os pescadores artesanais de várias regiões a se estabelecerem em locais periféricos que, normalmente, ficam distantes de seus locais de trabalho e reprodução da vida (do acesso à água).

Em Porto Dom João, num processo de coerção degradante, em relação ao conjunto da comunidade, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde fez uma ampla campanha para reassentar seus moradores no Conjunto Habitacional João Carlos Silva Falcão. Este Conjunto Habitacional que, seria a solução encontrada pelo poder público para trazer o consenso entre os envolvidos no conflito de terra, ao contrário, o intensificou, já que grande parte da comunidade se negou a aceitar tal proposta, promovendo uma ruptura. As questões observadas neste processo estão elencadas de forma destacada, nos subitens posteriores.

3.1 Habitação, Política e Poder Público

Inicia-se esta análise compreendendo-se o significado da denominação do Conjunto Habitacional proposto pela Prefeitura: Conjunto Habitacional João Carlos Silva Falcão. João Carlos Silva Falcão é o nome do fazendeiro que vinha, há alguns anos, ameaçando e tencionando a comunidade para se retirar do local onde vive, conforme já mencionado. Alguns membros da comunidade afirmam que o terreno onde tal conjunto foi construído era de propriedade do referido fazendeiro, por isso, seu nome.

Considerando este dado e, observando os arranjos políticos estabelecidos para pressionar a comunidade, é notória a aliança entre o proprietário da fazenda e o poder público municipal. De um lado, vislumbrava-se especular a terra valorizada em torno da Baía de Todos os Santos de outro, criar novas dinâmicas regionais, no caso, possivelmente veiculadas pelo turismo, para gerar maior movimentação de recursos financeiros no município. Mesmo que São Francisco do Conde se constituindo com PIB per capita elevado (21º maior PIB per capita do país e o terceiro da região Nordeste, devendo-se esta condição a arrecadação municipal de impostos ligados à produção e refino de petróleo pela refinaria RLAM, da Petrobras).

Tudo isto seria aceitável, caso não houvesse uma comunidade inteira envolvida, além do impacto regional que poderia ser causado com o fechamento do acesso a água para pesca e mariscagem do porto de Dom João. Neste contexto, houve um arranjo que objetivava gerar melhorias somente para o poder hegemônico, a comunidade, “lado mais fraco”, deveria se contentar com a oferta das unidades habitacionais.

As unidades habitacionais oferecidas, “aparentemente”, eram mais adequadas para qualidade de vida das famílias: com construção nova, acabamento, arruamento, praça, dentre outros aspectos. Então, qual foi o problema? Por que a comunidade, quase que integralmente (exceto cerca de 20 famílias), rejeitou a proposta?

No caso de Porto Dom João, a ação pública na área, claramente, não veio com a perspectiva de melhorar a qualidade de vida da população, mas, de acomodá-la aos interesses hegemônicos. Conseqüentemente, o Conjunto Habitacional aparece como um instrumento “pacificador” em função dos representantes do mercado imobiliário. Em nem um momento pensou-se em adequar os interesses da comunidade de Porto Dom João que, somente pleiteava permanecer na terra onde estava e de onde tiravam seus sustentos, exercendo práticas cotidianas que têm estreita relação com o lugar.

Interessante notar que, apesar de ter sido construído com recursos municipais, o Conjunto Habitacional tem um padrão muito parecido com os conjuntos construídos pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Este Programa, referência de êxito do Governo Federal desde 2009, tem o objetivo de disponibilizar habitação digna para os que não a possui. Porém, estudos tem mostrado que, em muitos casos, os conjuntos construídos contribuem para segregação espaço-social dos contemplados, pelas localizações predominantes e padrão que contém. Será que o Programa consegue se alinhar com as necessidades de moradia das comunidades que atende? E das Comunidades Tradicionais?

A Foto 2 mostra uma paisagem do Conjunto Habitacional João Carlos Silva Falcão que, tem duas características comuns ao programa Minha Casa Minha Vida: a padronização das edificações e lotes muito pequenos e aproveitamento máximo do terreno. . Outro aspecto observável é a distância das habitações do Conjunto Habitacional da água, vista no horizonte da imagem, local de trabalho dos pescadores e marisqueiras.



Foto 2 – Paisagem do Conjunto Habitacional João Carlos Silva Falcão.

Fonte: Lucas Zenha (GeografAR), 2015.

De acordo com o relato da comunidade, as cerca de 20 famílias que aceitaram aderir à proposta do Conjunto Habitacional foram obrigadas a demolir as suas moradias na comunidade, sob a escolta da polícia e de funcionários da Prefeitura. As casas foram derrubadas e a comunidade impedida de reocupá-las para suprir o déficit de moradia que havia na comunidade, já que algumas casas abrigavam mais de uma família.

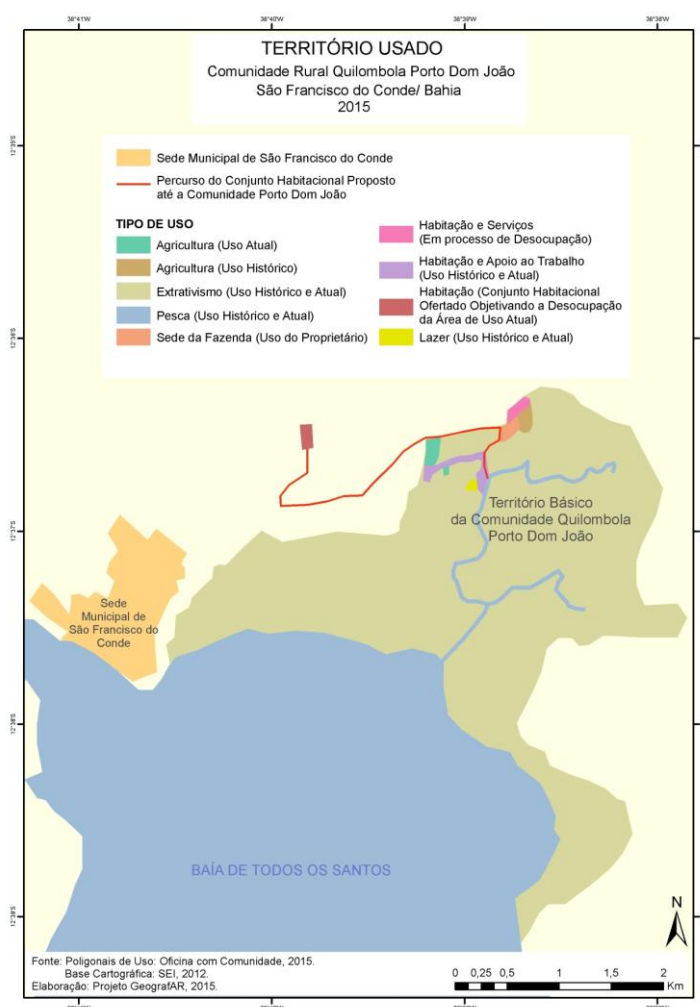
Atualmente, grande parte das famílias que se deslocam diariamente a Porto Dom João para exercer suas atividades produtivas da pesca e mariscagem e obter o seu sustento, são as que foram removidas da fazenda e da comunidade e, realocadas no Conjunto Habitacional. Essas famílias pegam transporte público e outros meios, percorrendo, aproximadamente, 8 quilômetros diariamente (ida e volta) para chegarem aos seus locais de trabalho – a água e o mangue – em Porto Dom João e poderem tirar o seu sustento. Para tanto, precisam contar com a ajuda dos moradores da comunidade para guardar seus instrumentos de pesca, mariscagem e tomar banho.

O local aonde estas famílias foram reassentadas não lhes permite manter o seu modo de vida, foram alijadas do trabalho, conquistaram a moradia, mas, perderam seu território. Os moradores relatam que muitos dos que foram embora estão arrependidos e desejam voltar a viver na comunidade.

3.2 A implantação da Comunidade e a do Conjunto Habitacional

O Mapa 1, cujo título é Território Usado, mostra como a comunidade se espacializou no seu local de origem, através dos usos específicos do território.

Ao redor do local de moradia de Porto Dom João existem áreas usadas para agricultura, extrativismo, pesca e lazer. Também é possível observar no Mapa 1 que as áreas de uso foram sofrendo alterações na construção histórica da espacialização da comunidade no local. Enfim, há um entrelaçamento entre as funções espaciais que são justificadas quando se observa a constituição e totalidade do território quilombola.



Mapa 1 – Território Usado – Comunidade Porto Dom João.

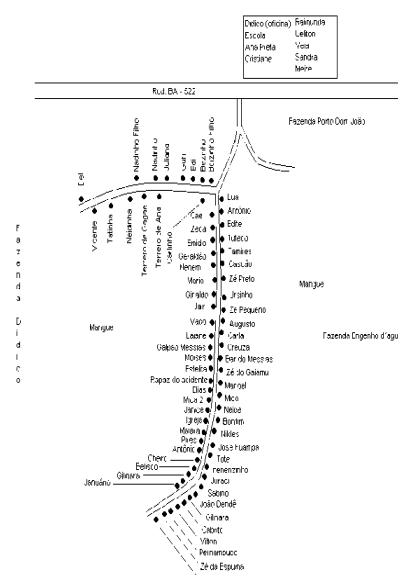
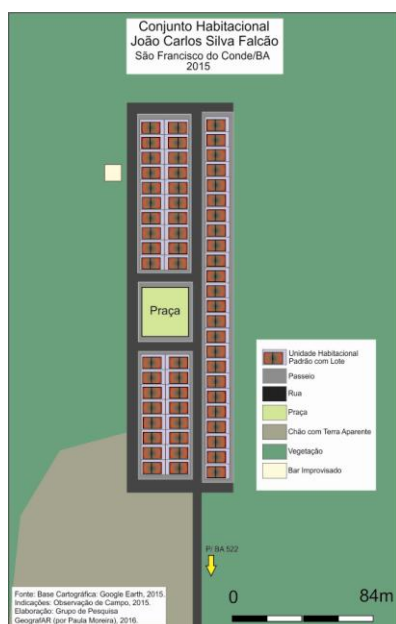
Fonte: GeografAR, 2015.

Outro aspecto relevante, principalmente para esta análise, é visualizar como espacialmente é desarticulada a implantação do Conjunto Habitacional João Carlos Silva Falcão. Ele se desconecta totalmente dos fluxos diários de uso territorial da comunidade. Uma família não consegue suprir todas as suas

necessidades de uso diário com a atividade da pesca artesanal morando tão distante do trabalho.

Uma marisqueria que antes vivia em Porto Dom João e hoje moradora do Conjunto Habitacional, relatou que não tem como cuidar de seu neto e ajudar no sustento da família com a mariscagem, como fazia antes da mudança. Ela afirmou que trabalhava enquanto a criança dormia, ou, que podia voltar para sua casa a qualquer momento, alternando afazeres domésticos com o trabalho gerador de renda. Além disso, seu esposo, não mais tem podido ir todos os dias a Porto Dom João trabalhar por ter idade elevada e sentir dores na caminhada de ida e volta. Assim, a renda familiar diminuiu de forma drástica e a vida deles, conseqüentemente não melhorou com a mudança de endereço.

Ainda quanto à implantação, porém, numa escala mais aproximada é interessante observar as Figuras 1 e 2. A primeira mostra a implantação do Conjunto Habitacional João Carlos Silva Falcão. Este possui um esquema rígido e pouco criativo de implantação com duas ruas principais e quatro secundárias. As frentes das casas estão todas voltadas para as ruas principais sendo que uma delas possui casas nos dois lados. Ao centro encontra-se uma praça e ao sul, a única saída existente no Conjunto. A grande maioria das casas tem sua frente voltada para o oeste (lado de sol poente), fato que gera maior desconforto em um dos quartos, na sala e na varanda.



Figuras 1 e 2 – Croquis do Conjunto Habitacional João Carlos Silva Falcão e da Comunidade Porto Dom João (feito em oficina no local), respectivamente.

Fonte: GeografAR, 2014.

É importante destacar que o Conjunto fica numa área de leve declive, porém, de cota altimétrica bem maior que Porto Dom João. Uma mata em estado inicial e médio de regeneração se encontra na vizinhança e, mais nada. Há um isolamento espacial do empreendimento em relação à malha urbana do município. Assim, além de não atender as necessidades dos pescadores em relação ao trabalho, também não oferece acesso fácil aos benefícios da cidade, quer dizer, não os articula com a vida urbana.

O croquis à direita (feito pela comunidade numa oficina realizada no local pelo Grupo de Pesquisa GeografAR em 2014) mostra organicidade na implantação das habitações, o que demonstra que a espacialidade da comunidade vem sendo construída a partir de seus processos sociais.

A maior parte das casas se dispõe de frente para o mangue e/ou rio para que todos que queiram tenham acesso direto à água. Outra parte se coloca mais no interior da área, em locais mais amplos e propícios aos trabalhos na agricultura. Isto porque cada morador da comunidade demanda de necessidades cotidianas diferentes, apesar da atividade da pesca prevalecer no grupo.

Outra questão interessante é a maior facilidade de se chegar a BA522, pela proximidade e topografia. Apesar do pouco apoio do poder público, Porto Dom João acomoda seus moradores de forma mais harmônica que o Conjunto Habitacional proposto pelo poder público bem como os conecta com outras localidades do entorno.

3.3 Infraestrutura

O poder municipal foi gradativamente desestruturando a infraestrutura próxima a comunidade, como forma de pressionar sua saída. Assim, desativaram a escola e o posto de saúde. Além disso, a rede de energia vem oscilando bastante e, sua manutenção não está sendo feita de forma a garantir seu bom funcionamento.

Quando estavam ativos, a escola e o posto de saúde supriam razoavelmente bem a comunidade, no sentido desta não precisar fazer grandes

deslocamentos para ser atendida, principalmente as crianças que, podiam estudar próximas a suas residências.

Em relação à infraestrutura religiosa, dois terreiros de Candomblé foram construídos na comunidade, além de uma igreja evangélica. É importante destacar que os terreiros de candomblé fazem parte do patrimônio religioso da comunidade, no que diz respeito à ancestralidade dos povos africanos. É triste, porém, relatar que eles foram derrubados no processo de conflito vivido pela comunidade. Um deles, o Terreiro de Candomblé de Dona Ana (cadastrado na Federação Akibanto) foi derrubado duas vezes por tratores a mando do fazendeiro e da prefeitura local.

A infraestrutura social foi construída pela própria comunidade. Existe ali uma associação sendo estruturada em alvenaria de bloco, mas, o que mais impressiona é como a comunidade se apropria do meio natural para suas atividades sociais. A Foto 3 mostra um histórico tamarineiro sendo utilizado como local de encontro e reunião. Um local com referência importante frente à história de luta da comunidade, sempre lembrado e usado quando as principais decisões foram tomadas. Um espaço público construído coletivamente. Quanto a este espaço, não se pode deixar de mencionar a sua qualidade ambiental, que o torna extremamente adequado para encontros de longa permanência.



Foto 3– Tamarineiro: Local de Encontro da Comunidade de Porto Dom João.

Fonte: Mateusz Radek (GeografAR), 2014.

Quanto ao Conjunto Habitacional João Carlos Silva Falcão, quase nada ali foi criado coletivamente, isto porque poucas apropriações espaciais aconteceram. Este fato é decorrente tanto pelo pouco tempo da comunidade no local quanto, pela forma como o Conjunto foi constituído. A Prefeitura contratou uma empresa que construiu todo o empreendimento. Assim, tudo foi entregue pronto.

No local, além das casas, existe infraestrutura de abastecimento de água e de energia, iluminação pública e pavimentação, além de rede de esgoto

Uma praça, de nome Maria Cecília dos Prazeres, também, foi implantada no Conjunto. Esta praça tem equipamentos de ginástica, bancos, lixeiras, gramado e algumas mudas de árvore. Destaca-se que o local é muito quente, não sendo possível permanecer ali durante o dia.

O Conjunto, como já destacado, foi implantado num terreno desconectado com a malha urbana municipal. Apesar de ter ali alguma infraestrutura, não foi viabilizado para o local infraestrutura escolar e de saúde. Para ter acesso a estes serviços, a comunidade precisa se deslocar. No caso da escola, foi disponibilizado um ônibus.

É importante destacar neste subitem que, na medida em que a infraestrutura (em geral) é negada à comunidade em Porto Dom João, investimentos neste sentido foram realizados no Conjunto Habitacional. Assim, o que foi construído coletivamente no território foi totalmente desprezado e, algo com referência cultural desconectada com a comunidade foi proposto para a mesma no Conjunto. Conseqüentemente, constata-se que a disponibilização de infraestrutura se coloca como um instrumento de coerção, servindo, principalmente primeiramente, aos interesses dos que queriam a posse do território quilombola.

3.4 A Função das Unidades Habitacionais

As unidades habitacionais da comunidade demandam de funções mistas, que acomodem a moradia e deem suporte às atividades de subsistência. Como exemplo, aonde existe a nucleação de casas é comum que algumas delas se adaptem para o uso múltiplo de moradia e pequeno comércio. Em Porto Dom João existem três restaurantes especializados em frutos do mar funcionando no mesmo local da moradia.

Como a comunidade quilombola tem na atividade de pesca e mariscagem sua maior fonte de renda, a implantação das casas é próxima ao rio Dom João, normalmente com larguras pequenas e com poucos recuos laterais. A ideia é aproveitar ao máximo a linearidade da costa oferecedora do recurso hídrico. Além disso, as casas demandam de espaços de apoio para as

atividades de mariscagem e, de um local para guardar os apetrechos da pesca e da embarcação, conforme ilustra a Foto 4. Por isso, o acesso ao rio, ao mangue e ao mar é extremamente importante e estratégico para este grupo social.



Foto 4 - Habitação de Pescador.

Fonte: Mateusz Radek (GeografAR), 2014.

Como a atividade agrícola é essencial para a comunidade é, também, comum se localizar nas habitações espaços reservados para guardar pequenas quantidades de produtos para venda, sementes, equipamentos e suplementos.

No caso das habitações do Conjunto Habitacional João Carlos Silva Falcão, as casas padronizadas e de pequena dimensão dificultam o uso misto. A Foto 5 mostra a tentativa de adaptação de uma casa para comércio. A Foto, também permite observar a vedação da casa com muro, mostrando a necessidade de se proteger, ou, de se isolar de agentes externos, característica comum em meio urbano (não rural, como é Porto Dom João).



Fotos 5– Habitação Adaptada para Comércio e Bar Improvisado no Conjunto Habitacional João Carlos Silva Falcão.

Fonte: Lucas Zenha (GeografAR), 2015.

Analisando as duas situações, pode-se perceber que na Comunidade Porto Dom João existe maior liberdade de adaptação das habitações as necessidades das famílias, fato que vem sendo executado há anos, mesmo com as dificuldades financeiras e os conflitos. Já no Conjunto Habitacional, tudo é novo e a comunidade ainda está se adaptando ao local que, não foi projetado de forma a garantir a seu público, condição de moradia adequada as suas características.

3.5 Os Quintais

Os quintais são essenciais para a reprodução social de uma família vivente no meio rural. São nos quintais que se estabelecem as hortas, as árvores frutíferas e as criações de pequenos animais. No caso de Porto Dom João os quintais, oferecem, também, espaço a criação do guaiamu (Foto 6).



Foto 6 - Habitação e Quintal.

Fonte: Mateusz Radek (GeografAR), 2014.

Na Comunidade, predominantemente, a renda das famílias é baixa, visto a pouca valorização social de seu trabalho e a falta de assistência técnica, de investimentos e de equipamentos. Este fato é acentuado, ainda, pela frágil posse do território diante dos conflitos apresentados. Por isso, é fundamental para as famílias espaço do quintal para plantio que garante a diversidade nutricional e, também, a segurança alimentar do grupo.

Para ilustrar as diferentes possibilidades existentes nos quintais das duas áreas estudadas, foi feito um levantamento de em uma unidade de uso

familiar em Porto Dom João e um lote no Conjunto Habitacional João Carlos Silva Falcão.

A esquerda da Figura 3 encontra-se a representação do quintal estudado em Porto Dom João e a direita, do Conjunto. O aspecto que mais se destaca é a diferença da dimensão das áreas (cerca de 1745m² e 120m² respectivamente). Também é perceptível a quantidade de elementos existentes no quintal de Porto Dom João. Ali há um criatório de gaiamu, um galinheiro, um restaurante, um pequeno atracadouro de barco, duas casas, diversas árvores frutíferas, uma horta, dentre outros elementos. O quintal da casa do Conjunto não oferece quase nenhuma possibilidade de uso para a comunidade com o perfil estudado. Adentrado no quintal da residência de uma família ex-moradora de Porto Dom João, observou-se o desespero da mesma com a falta de possibilidades: eles plantaram batata doce em toda a extensão do quintal de 30m² util. Porém, eles têm consciência que somente a batata doce não poderá suprir a carência alimentar da família que, com a renda reduzida pela ruptura do elo com o porto da comunidade, vem tendo dificuldades em comprar alimentos.

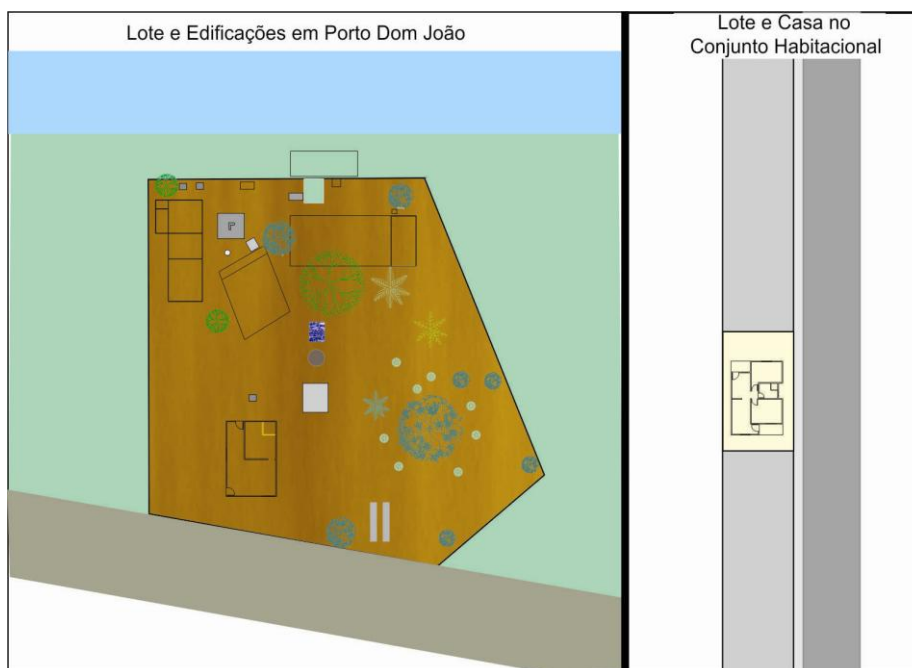


Figura 3 – Lotes e Edificações em Porto Dom João e no Conjunto Habitacional João Carlos Silva Falcão.

Elaboração: Paula Moreira (GeografAR), 2015.

As fotos 7 e 8 mostram algumas apropriações e, não apropriações de quintais no Conjunto Habitacional. Em uma das casas é possível observar que foram plantadas bananas. Também se pode perceber que os quintais trabalhados estão fechados, possivelmente por questão de segurança e privacidade, os que não estão tendo uso, estão abertos.



Fotos 7 e 8 – Quintais com e sem Uso no Conjunto Habitacional João Carlos Silva Falcão.

Fonte: Lucas Zenha (GeografAR), 2014.

A discrepância entre as possibilidades dos quintais estudados leva a considerar que um dos pontos essenciais que comprovam a inadequação da proposta habitacional da Prefeitura para comunidade de Porto Dom João é o quintal. Sem dúvida, as alternativas existentes nos quintais para a reprodução da vida na comunidade é um fator que justifica, por si só (existem outros) o fato do grupo querer estar no território e, por isso, lutar por ele.

4 Considerações Finais

A violência que a Comunidade Quilombola de Porto Dom João vem vivenciando é algo bastante representativo no contexto da realidade das comunidades quilombolas baianas, com o agravante da alta especulação imobiliária que envolve a região onde está inserida, o que torna a situação ainda mais delicada. O que mais se destaca neste contexto é o fato de estarem expulsando a Comunidade de seu local, historicamente construído, de forma insistente e, articulada com as políticas públicas. O Estado, neste contexto se vincula diretamente com os interesses do mercado e, com isso, oprime de forma agressiva a comunidade.

Também, é relevante como a questão da habitação é central neste contexto, tanto em relação a uma das principais formas de opressão à Comunidade, quando os agentes externos derrubam as moradias; quando são ofertadas, pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, novas casas no Conjunto Habitacional João Carlos Silva Falcão em um local distante ou, quando a própria comunidade se mune de seus saberes tradicionais para resistir, reconstruindo novas casas, mesmo isto sendo proibido, quando outras são demolidas.

Observando-se a prevalência da precariedade habitacional da CNRQ Porto Dom João e, observando como esta vem sofrendo, sistematicamente, com os conflitos por terra é possível concluir que as características das suas habitações estão intimamente ligadas à questão fundiária. Assim sendo, independentemente das técnicas construtivas adotadas, caso a comunidade não estivesse sofrendo pressão para se retirar do local onde vive, provavelmente, suas habitações teriam características de melhor acabamento e adequação ao modo de vida.

É possível observar o quanto o modo de vida tradicional é importante para a comunidade que, pouco se influenciou e se seduziu pelas novas habitações ofertadas, no momento em que, a maioria de sua população nega a mudança para o Conjunto Habitacional. Em sua sabedoria e lucidez, a comunidade avaliou que o poder público municipal não contemplava, com sua oferta as necessidades do grupo porque a implantação das novas habitações padronizadas e com diminutos lotes foi feita em local distante do mangue e das águas, fato que dificultaria, ou, inviabilizaria a reprodução social da comunidade. Conclui-se que a habitação tem uma centralidade no processo de conflito de Porto Dom João, mas, não é o fator fundamental deste. A questão fundamental é o território, com toda sua carga histórica e seus recursos naturais.

É importante destacar que a habitação para a comunidade estudada não tem a finalidade exclusiva da moradia, mas, também, de apoio às atividades produtivas, tanto agrícolas, como de criação de animais, ou, pesca e mariscagem. Assim, observou-se o quanto a terra com seus bens naturais são indispensáveis para a reprodução sociocultural deste grupo e, conclui-se que a habitação para Porto Dom João não se constitui num elemento isolado, está totalmente inserida no contexto do território e do grupo.

Por fim, o caso de Porto Dom João revela a potencialidade de se compreender processos sociais de luta por território em comunidades tradicionais a partir da análise das suas habitações. Confirma-se, a partir disto, que a habitação compõe uma das formas de reprodução social e cultural destas comunidades e que, por isso, é elemento consequente, também, da identidade política assumida por esta, se constituindo como um componente importante na estratégia de batalha pela permanência no território.

5 Referências Bibliográficas

ARRUTI, José M. A Emergência dos Remanescentes: notas para diálogo entre indígenas e quilombolas. *Revista Mana* 3 (2): pp. 7-38, 1997.

GEOGRAFAR, Grupo de Pesquisa a Geografia dos Assentamentos na Área Rural (POSGEO/UFBA/CNPq). Base de Dados sobre Formas de Acesso à Terra. Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?page=db-formas-de-acesso-a-terra>>. Acessado em: 27 jul 2014.

GERMANI, Guiomar I. OLIVEIRA, Gilca G. (coord.). "Comunidade Negra Rural Quilombola Porto de Dom João". Relatório Técnico Preliminar. Grupo de Pesquisa GeografAR/POSGEO/UFBA-CNPq. Salvador, 2015. Disponível em: <<https://geografar.ufba.br/germani-guiomar-i-oliveira-gilca-g-coord-comunidade-negra-rural-quilombola-porto-de-dom-joao>>. Acessado em: 27 jul 2014.

SANTOS, Milton. Espaço & Método. São Paulo: Nobel, 1985.